

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DE ATIBAIA ATRAVÉS DE UM ESTUDO DE CASO: O GRUPO ESCOLAR JOSÉ ALVIM – 1890/1930

Orivaldo Leme Biagi¹

Gilvan Elias Pereira²

Ana Cláudia de Souza Magro³

Pedro Fabrício Gomes⁴

RESUMO

O presente artigo, fruto das pesquisas realizadas pelo Projeto de Iniciação Científica das Faculdades Atibaia (FAAT), pretende contar um pouco da história do Grupo Escolar José Alvim, localizado na cidade de Atibaia, compreendendo o período de 1890 até 1930, ou seja, da sua formação até a Revolução de 30. O artigo procura relacionar a história da educação no Brasil com a história do Grupo Escolar José Alvim, mostrando uma forte relação das políticas e questões nacionais no universo histórico da cidade de Atibaia – e, conseqüentemente, na educação também.

PALAVRAS CHAVE

História da Educação – História de Atibaia – Revolução de 30.

ABSTRACT

This essay is a result of a research carried out by the Scientific Initiation Project of Faculdades Atibaia (FAAT) and aims to tell a little about the history of "Grupo Escolar José Alvim" located in the city of Atibaia, encompassing the period from 1890 to 1930, that is, up to the 1930's revolution. It is an attempt to relate the history of education in

¹ O autor é Mestre e Doutor em História pela UNICAMP, professor que atua em vários cursos nas Faculdades Atibaia (FAAT) e membro do Núcleo de Estudos e Serviços do Terceiro Setor (NESTS).

² O autor é Mestre em Educação pela UNICAMP, professor que atua em vários cursos nas Faculdades Atibaia (FAAT) e Coordenador de Curso e Diretor da Faculdade de Educação da FAAT.

³ A autora é aluna do curso de Pedagogia das Faculdades Atibaia (FAAT).

⁴ O autor é aluno do curso de Normal Superior das Faculdades Atibaia (FAAT).

Brazil with the history of "Grupo Escolar José Alvim", showing the strong relationship between politics and national issues in the historical universe of the city of Atibaia – and, consequently in education as well.

KEY WORDS

History of Education – History of Atibaia – Revolution of 1930

INTRODUÇÃO

"A educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis. E pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso."

Otaíza de Oliveira Romanelli (2000,P.23)

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas no decorrer do ano de 2005 pelos professores Orivaldo Leme Biagi e Gilvan Elias Pereira com os alunos Ana Cláudia de Souza Magro e Pedro Fabrício Gomes, através do Projeto de Iniciação Científica promovido pelas Faculdades Atibaia (FAAT).

Desejamos neste artigo apresentar um pouco da história do Grupo Escolar José Alvim, mais especificamente do período de 1890 até 1930, ou seja, das primeiras idéias de sua fundação até a Revolução de 30. O objeto de estudo, o Grupo Escolar José Alvim, é um dos pontos mais importantes da história de Atibaia - sempre foi um ponto central para manifestações cívicas -, e da sua educação – o grupo escolar já foi considerado um dos melhores do país.

Mas, antes, devemos explicar o sentido da palavra História, que tem, entre outros, dois significados básicos: um deles se refere tanto aos processos de existência e vida real dos homens no tempo; e o outro se refere ao estudo científico, a pesquisa e o relato estruturado desses processos humanos – a reconstrução de universos que deveriam estar perdidos no tempo, mas não estão.

O historiador Robert Darnton enfatiza que reconstruir mundos é

uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo. (1987, p.07)

A escola José Alvim está constituída num espaço e com objetivos sociais específicos, objetivos estes históricos e, portanto, que se alteraram no decorrer do tempo. Portanto, sua presença na sociedade de Atibaia não é neutra, as representações criadas por ela fazem parte de um campo de luta política. Como argumenta Roger Chartier, as

percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. (1990, p.17)

A História da Educação carrega o duplo sentido da palavra História: corresponde às tramas objetivas criadas pelos homens no trabalho, sistemático e assistemático, de transmissão de vários tipos de conhecimento, valores, etc.; e, ao mesmo, tempo significa o estudo científico e a exposição dessas tramas – dando origem, portanto, a uma historiografia da Educação, que precisa ser melhor desenvolvida no Brasil.

Mirian Jorge Warde foi muito feliz ao comentar que sobre a história da educação no Brasil “há tudo por fazer”. (1989,p.09) Para Otaíza de Oliveira Romanelli, as incursões pelo campo da História da Educação Brasileira

ajudaram-nos a elucidar alguma coisa. Em princípio, descobrimos que, substancialmente, pouca coisa se mudou na forma de encarar a educação que nos foi legada pelos jesuítas. Depois, pode-

mos verificar que houve tempos em que essa visão tinha uma razão de ser, dado o contexto sócio-cultural em que estava inserida a instituição escolar brasileira. (2000, p.13)

De acordo com Franco Cambi, a história da educação é

hoje, um repositório de muitas histórias, dialeticamente interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo 'educação', embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua fenomenologia. Não só: também os métodos (as óticas, por assim dizer) têm características preliminarmente diferenciadas, de maneira a dar a cada âmbito de investigação a sua autonomia/especificidade, a reconhecê-la como um 'território' da investigação histórica. (1999, p.29)

Uma das diversas histórias levantadas por Cambi é o das instituições, ou seja, dos próprios estabelecimentos escolares. (1999, p.29) Eis outro objetivo deste artigo, ou seja, o de reconstruir a vida escolar, social e política do estabelecimento José Alvim.

De acordo com Mario Alighiero Manacorda, "vários aspectos da educação comportam um relacionamento permanente com os temas mais gerais da história da humanidade." Assim, o "discurso pedagógico é sempre social" e também é um "discurso político, que reflete as resistências conservadoras e as pressões inovadoras presentes no fato educativo e, afinal, a relação dominantes-dominados" (2000, p.06)

Assim, Manacorda concluí que

os aspectos cotidianos, técnicos e materiais dos processos de instrução (o lugar, os instrumentos, a organização e a própria relação pedagógica), pelo fato de estarem ligados ao desenvolvimento produtivo, social e político, assumem maior relevância. A própria didática, enfim, liberta-se de sua mesquinha especificidade e se configura como um reflexo das relações sociais mais gerais sobre a relação específica adulto-adolescente, que se realiza dentro do limitado e técnico lugar que é a 'escola'. (2000, p.06-7)

Paulo Ghiraldelli Jr. enfatiza que a "história da educação e da pedagogia deve ser vista em seus dois principais planos: das políticas educacionais e do das construções pedagógico-didáticas." O primeiro plano envolve "a relação entre Estado, educação e sociedade", versando sobre os projetos educacionais das diversas classes sociais, em particular os da

classe dominante e sua imposição através de normas e leis; já o segundo plano “diz respeito ao trabalho prático e às teorizações das classes sociais quanto ao fazer pedagógico nas unidades escolares ou unidades educacionais.” (2001, p.12) Percorremos os dois planos nesta pesquisa.

A recuperação da memória desta escola foi fundamental para entendermos a cultura de Atibaia. Claro que a memória nos levanta problemas, como podemos notar nas palavras do historiador João Paulo Martino:

A memória diferencia-se muitas vezes da história, pois circunscrive-se às lembranças individuais dos homens sobre os fatos históricos. É o campo das experiências particulares, a visão do “eu”, sobre o todo, sendo seletiva e omissa em muitos pontos. (2002, p.05)

A escola José Alvim, portanto, faz parte da cultura da cidade e também da política da cidade, ocupando um espaço social relevante e interagindo com outras forças da sociedade - entre elas, a mais importante, o ensino público. Desta escola surgiram lideranças e formadores de opinião e de cultura locais e seu espaço foi de vital importância para a cidade se manifestar durante momentos políticos intensos na vida do país.

Realizadas tais considerações, podemos dizer que o objetivo central desse artigo é o de contar a história do “Grupo Escolar José Alvim”, o idealizador da educação em Atibaia e, através dele, relatar o papel que a escola cumpriu - que público era atendido, como ela foi criada e as interferências da escola na vida de Atibaia e vice-versa.

1 – Educação no Brasil: um Velho Problema

A educação no Brasil sempre foi predominantemente pensada e organizada para atender as elites econômicas nacionais e regionais. A chegada do português trouxe formas de exploração econômicas bem centralizadas, ou seja, a colônia servia, essencialmente, como produtora de matérias-primas para o mercado europeu e, para tal, foi mantida uma estrutura de grandes propriedades de terra, explorando um produto (monocultura) e utilizando-se de mão-de-obra escrava. Os senhores de engenho inicialmente, e os grandes produtores de

café posteriormente, acumulavam grande poder em suas mãos, impedindo ações sociais de outros grupos – em particular dos escravos. Romanelli destaca que o “isolamento e a estratificação sociais, esta a princípio, basicamente dual, aliados à necessidade de manutenção de um esquema de segurança, favoreceram uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites do dono de terras.” (2000, p.33)

Mesmo existindo momentos de maior flexibilidade social e participativa de vários grupos sociais, como aconteceu durante o ciclo da mineração, a estrutura social da colônia era fechada e hierarquizada, com forte dominação das elites sobre os demais membros, além de buscar uma cultura européia em essência. Ana Lúcia Lana Nemi e João Carlos Martins enfatizam que a “educação no período colonial foi marcada pelo desejo da elite de adquirir cultura branca européia e diferenciar-se dos nativos e dos negros. A estes últimos reservava-se o trabalho manual e, à elite, o estudo das questões de ‘espírito’.” (1996, p.13)

A presença dos jesuítas trouxe as primeiras práticas educacionais para a colônia, sendo que estes a praticavam com um objetivo: a catequização. Assim, os jesuítas trabalhavam em dois campos: conhecimento da cultura indígena para melhor apresentar os valores cristãos; e certa violência para impor os valores cristãos aos indígenas. Mas foi no primeiro campo que os jesuítas tiveram melhores resultados, chegando a conquistar a confiança de um grande número de indígenas – chegaram mesmo a criar dicionários da língua tupi-guarani.

Da sua preocupação com a educação e com a vida dos indígenas, os jesuítas criaram as missões – comunidades auto-sustentáveis que protegiam os indígenas, fora da jurisdição portuguesa e espanhola. Devemos lembrar que os indígenas poderiam ser transformados em escravos nos territórios portugueses pelo aprisionamento.

Mas existia desigualdade na educação dos jesuítas. Nemi e Martins destacam que:

Os jesuítas fundaram colégios e organizaram uma série de missões religiosas que ensinavam as primeiras letras aos índios e

aos filhos de colonos. O ensino médio era reservado apenas à classe dominante, que, após os primeiros estudos com os jesuítas, seguia para a Europa a fim de completar sua formação. Aqueles que se dedicavam à vida religiosa estudavam teologia e filosofia nos seminários. Para os negros e homens livres pobres, entretanto, não havia lugar nas escolas. (1996, p. 14)

Mas o enquadramento jurídico destes grupos era severo e os interesses dos setores governamental e mercantil da Europa eram decisivos para o seu desenvolvimento. As missões seriam destruídas - além de serem representações da presença da Ordem dos Jesuítas que Portugal e Espanha procuravam eliminar, concorriam diretamente com o comércio colonial por sua melhor organização e maiores rendimentos - e os jesuítas expulsos do Brasil em 1759. Mesmo assim, a educação continuou a ser ministrada pela Igreja Católica.

E mesmo o espírito missionário original já tinha acabado antes da expulsão dos jesuítas. Nemi e Martins destacam que os jesuítas “abandonaram a obra missionária com índios e colonos para se dedicar exclusivamente à elite”, sendo que estes colégios não foram fechados pelo Marques de Pombal na época da expulsão dos jesuítas. (1996, p. 14)

Assim, podemos dizer que a Igreja Católica foi a raiz histórica da formação de todos os brasileiros, influenciando a prática pedagógica colonial.

A chegada da família real portuguesa em 1808 não apenas abriu os portos da colônia, como inaugurou também uma nova dimensão para a educação brasileira, pois a elite portuguesa trouxe um volume material de bens culturais (livros, imprensa, etc.) inédito até então. E não foi apenas com este grande volume de bens materiais que a educação da colônia cresceria: também foram criados inúmeros cursos, inclusive superiores (a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por exemplo, foi inaugurada em 1820) e aumentou a amplitude da educação - para as elites, pois o ensino fundamental continuou desprezado. De acordo com Romanelli,

o aspecto de maior relevância dessas iniciativas foi o fato de terem sido levadas a cabo, com propósito exclusivo de proporcionar

educação para uma elite aristocrática e nobre de que se compunha a Corte. A preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis de ensino demonstram claramente esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição – que vinha da Colônia – a tradição da educação aristocrática. (2000, p. 38-9)

A economia do Brasil apresentava-se um pouco mais diversificada durante a independência, embora mantivesse a mesma estrutura social fechada e hierarquizada. Na educação, o quadro elitista não foi alterado e o desprezo pela educação básica foi mantido. Pela carência de quadros administrativos, a educação superior foi ainda mais estimulada – estes quadros tinham de ser preenchidos. Mesmo assim, a Constituição de 1824 ampliou a participação das escolas de primeiras letras na educação – por influência da Igreja, que ministrava estes cursos.

O Ato Adicional de 1834 estimulou a descentralização do ensino, pois o fundamental e o médio ficavam a cargo das Assembleias Estaduais – o poder central administrava a educação no Município Neutro (Distrito Federal) e o ensino superior. O ensino secundário transformou-se no preparo para candidatos ao ensino superior – no decorrer dos anos eliminou-se a obrigatoriedade de frequência, instituindo-se a matrícula por disciplina e o fim da seriação. O próprio Colégio Pedro II, único colégio secundário mantido pelo governo central, também era um curso preparatório para os cursos superiores. Romanelli comenta que

O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização. Nas capitais, foram criados os liceus provinciais. A falta de recursos, no entanto, que um sistema falho de tributação e arrecadação acarretava, impossibilitou as Províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escola, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. (2000, p.40)

Com este ato a igreja ganhou, assim, maiores possibilidades de administrar o ensino fundamental e médio, assim como os poderes locais – seriam os “coronéis” quem administravam o ensino em seus estados, situação esta que perdurou também na República Velha. De acordo com Nemi e Martins, as “províncias não conseguiram organizar um ensino médio que atendesse a toda a população. Nesse vazio, as escolas particulares com influência religiosa cresceram e continuaram a formar a elite, em detrimento da maioria.” (1996, p.15)

2 – Educação em Atibaia: Final do Século XIX e Início do Século XX

A educação em Atibaia foi irregular durante séculos, sendo que os filhos da elite, que dispunham de recursos financeiros, realizavam a maior parte de seus estudos em outras localidades. A pouca estrutura educacional existente na cidade era descentralizada e irregular, com escolas financiadas pela igreja e algumas pelo estado, além da existência de muitos professores particulares para alunos pagantes.

No Império o estado começou a ser mais ativo na educação. A Câmara Municipal realizou uma intervenção em 1814 ao reclamar da falta de um professor para a cadeira de latim que fora recentemente criada, vaga esta preenchida no começo do ano seguinte pelo padre Manoel Batista de Sá Rangel. No ano seguinte, Simão Pereira Barreto Felix foi nomeado professor régio de primeiras letras. (CONTI, 2001, p.39)

O cargo de professor régio era a maneira como um professor era instruído para ministrar aulas durante o Império – ele recebia a incumbência do estado, não da Igreja, por sua capacidade moral e intelectual de uma autoridade constituída e, assim, poderia ministrar aulas particulares, as chamadas aulas régias. (NEMI e MARTINS, 1996, p.14) Por volta de 1820 dois professores régios ministravam aulas em Atibaia: José Joaquim de Moraes (primeiras letras) e Inácio Ubaldino de Abreu (latim).

A primeira escola feminina em Atibaia foi criada em 14 de julho de 1851, seguida por outra escola nos mesmos pa-

drões criada em 24 de maio de 1865. No recenseamento de 1886, constou que Atibaia possuía seis escolas masculinas (132 alunos) e duas femininas (52 alunas), sendo apenas 3 públicas, pelo menos até 1900.

Como podemos perceber, o número de alunos era bastante baixo, menos de 200, o que significava que a educação não era, na cidade, uma prioridade extensiva aos segmentos populares. Quando, em 17 de fevereiro de 1901, circulou o primeiro exemplar do jornal *O Atibaense*, 70% da população de Atibaia eram constituídos por analfabetos. (ZANONI, 2005, entrevista)

Com a proclamação da república ocorreu a separação do estado e da igreja, fazendo com que a educação consistisse também em um problema político – grande parte da educação até então era promovida pela Igreja Católica e não pelo estado, situação que foi sendo alterada gradativamente no decorrer dos anos. Acabou existindo uma divisão na educação brasileira: o modo liberal buscava novos caminhos para o ensino público enquanto que a Igreja Católica mantinha uma educação tradicional.

Foi neste contexto que José Alvim de Campos Bueno, “Nhô Bim” como era conhecido, começou a defender a existência de um grupo escolar em Atibaia. Como homem de vida pública, exerceu o cargo de partidor e contador do juízo municipal e de órfãos e foi empossado vereador em 18 de setembro de 1864, quando Atibaia foi elevada à condição de cidade. Como político, foi um dos fundadores e chefe do Partido Republicano local. Uma das discussões dos republicanos era justamente o papel da educação no Brasil.

Na virada do século XIX para o século XX as discussões sobre o papel da educação estavam acirrados e sua importância mais do que valorizada. Existiu o que foi chamado de “otimismo pedagógico”, corrente esta que procurava melhorar a qualidade das aulas, até então ainda próximas da lógica dos jesuítas. Este otimismo ajudou a desenvolver um entusiasmo pela educação no país, o que estimulou a expansão da rede oficial de ensino. Esta situação de otimismo e entusiasmo pro-

moveu poucas mudanças efetivas, mas criaram muitas discussões sobre a educação e do novo papel do estado no seu desenvolvimento. (NEMI e MARTINS, 1996, p. 16)

Foi neste contexto histórico e educacional que aconteceram as discussões sobre a criação de um grupo escolar em Atibaia, financiado pelo estado. João Batista Conti é bastante enfático quanto a este ponto:

A criação de um grupo escolar na cidade de Atibaia era um assunto que já vinha sendo debatido intensamente na segunda metade do século XIX e, no começo do século XX, tornou-se urgente. A cidade crescia, junto deste crescimento, também cresceu a necessidade da democratização da educação. (dezembro/2001, p. 39)

A cidade crescia como nos informa Conti, assim como praticamente todo o estado de São Paulo – a cidade de São Paulo estava recebendo imigrantes e crescendo de maneira espetacular, fenômeno que puxou o crescimento do estado como um todo. Começou a existir um significativo aumento da demanda por educação em Atibaia.

Podemos notar a demanda no período com a inauguração do Externato Atibaense, em 1902. Fundado e dirigido por Mariano Montessanti, oriundo da escola Politécnica de São Paulo, a escola ministrava aulas apenas para meninos com as seguintes matérias: português, francês, italiano, latim, álgebra, geometria, trigonometria, geografia, história do Brasil e Universal, química, física e desenho. Em maio deste mesmo ano foi aberto espaço no Externato para as meninas com aulas de português, francês, aritmética, desenho álgebra, história e trabalho de agulha, canto e piano. (ZANONI, 2005, entrevista)

E não podemos deixar de destacar o lançamento, em 1903, do *Almanaque Ilustrado* – almanaque especializado para a leitura familiar, trazendo receitas, moda feminina e infantil, além de um encarte com romance seriado. A revista vinha de Niterói exclusivamente para assinantes. (ZANONI, 2005, entrevista)

A criação de um grupo escolar foi, portanto, consequência desta demanda.

3 – Lei dos Fogões: a Criação do Grupo Escolar

As discussões pedagógicas ganharam prática com a iniciativa de criar, em Atibaia, um grupo escolar. O Presidente da Câmara trata de dotar esta cidade com um Grupo Escolar. Segundo consta um recenseamento feito na época, já tinham mais de 400 futuros alunos de ambos os sexos na cidade, número suficiente exigido pelo regulamento da Instrução Pública. E, para tal, foi criado um polêmico imposto, a chamada “Lei dos Fogões”.

O projeto de lei foi apresentado por Benedito de Almeida Bueno, com o apoio do presidente da câmara, na ocasião José Alvim de Campos Bueno, e com assessoria de Aprígio de Toledo.

Eis o texto integral da lei (não especificou se entrava os fogões de alvenaria):

“Fica criado o imposto de 3\$000 (três mil réis) sobre os fogões, compreendendo-se debaixo desta denominação o local em que se preparam ao lume os alimentos, em cada domicílio.

Parágrafo 1 – Se em um mesmo domicílio residir mais de uma família, utilizando-se do mesmo fogão, o imposto será cobrado repetidamente na proporção do número de famílias domiciliadas.

Parágrafo 2 – Compreende-se por domicílio para efeito de exequibilidade do presente imposto, a casa em que habitualmente residem os indivíduos.

Parágrafo 3 – Nos prédios alugados ou arrendados, o imposto será pago pelo arrendatário ou locatário.

Parágrafo 4 – O imposto sobre os fogões é extensivo ao município. O produto de arrecadação será aplicado na construção de um prédio para o Grupo Escolar desta cidade.”⁵

Impostos exóticos não eram novidades no Brasil, principalmente na área de educação. Com a expulsão dos jesuítas, a

⁵ Extraído de: CONTI, João Batista. *História de Atibaia*. V. 2, Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia, dezembro/2001, p. 40;

coroa portuguesa tomou para si, mesmo que não totalmente, as obrigações da educação na colônia e, para financiar esta educação, criou um igualmente polêmico imposto: sobre a cachaça. (SILVA, 2005, p. 19-21) Uma das razões da criação deste imposto foi por não ter outra fonte para arrecadar recursos, pois, praticamente, todos os itens econômicos da colônia eram taxados.

Os fogões não eram novidades em Atibaia, mas, com o desenvolvimento da cidade, o número de consumidores de fogões cresceu consideravelmente – assim, pessoas com alguma renda poderiam financiar a escola.

Mas, mesmo com este crescimento, muitos lares não tinham fogão – o que explica o primeiro parágrafo que cobra o imposto pelo número de famílias usuárias. As condições sociais de Atibaia também explicam este parágrafo: devemos entender que muitas famílias moravam juntas não apenas necessariamente pelas condições econômicas, mas por proximidade familiar, algo comum de acontecer no Brasil na virada dos séculos XIX e XX.

A constitucionalidade desta lei também foi contestada: um artigo, escrito por Martim Francisco no *Jornal do Comércio* de 12 de maio de 1903, foi bastante enfático neste ponto. (CONTI, 2001: 41) Juridicamente falando, de acordo com a Constituição de 1891, este ponto é de difícil análise: a descentralização do ensino, já adotada no Ato Adicional de 1834, permitia muita autonomia do estado e dos municípios na questão de arrecadação de impostos para a educação.

E, além do mais, os poderes locais tinham grande liberdade para gerir uma série imensa de situações (leia-se: criação de impostos), como acontecia com o “coronealismo” nordestino, situação esta que explica a criação da Lei dos Fogões. Não estamos, de forma alguma, chamando José Alvim de “coronel” de Atibaia – ele mesmo defendia a ampliação do ensino, questão muito difundida entre os republicanos da época, como vimos. Apenas enfatizamos que a aprovação de tal lei passava por um excesso de poder local, situação comum no começo do século XX.

E a “nobreza” da lei ainda hoje em dia é defendida, conforme as palavras de João Batista Conti nos seus comentários sobre a vida de Major Juvenal Alvim:

Em abril iniciaram-se as obras do grupo escolar. A câmara lança o ‘imposto domiciliar dos fogões’, cujo fim era cobrir as despesas com a edificação do grupo escolar. Bendita intenção! Mas por isto não estava o Martim Francisco, que descarrega umas catilinárias sobre os honestíssimos homens do governo de Atibaia, que muito desgostou aquela gente abnegada, cujo único fim era dar instrução aos seus governados. (junho/2001, p. 100)

Constitucional ou não, a Lei dos Fogões cumpriu sua meta de arrecadação e ajudou na construção do Grupo Escolar.

4 – A Construção do Grupo Escolar

José Alvim faleceu em 1902, ou seja, não chegou a ver o seu tão sonhado Grupo Escolar funcionando. Um ano após sua morte, um dos seus filhos, Major Juvenal Alvim, deu início às negociações com o governo estadual para a criação do Grupo Escolar, oferecendo auxílio material para a construção. Ainda em 1902, em primeiro de julho, solicitou à Câmara Municipal representantes para pleitear junto ao Congresso Estadual autorização para implantar um Grupo Escolar na cidade. Na ocasião, ele ofereceu o terreno para a construção do prédio. A comissão enviada à capital conseguiu a autorização para que o intendente Leopoldo Soares do Amaral contraísse um empréstimo em nome do município num montante de 20.000.000 (vinte contos de réis), valendo-se da lei nº 55.

As obras foram iniciadas em seis de abril de 1903 na Praça Guilherme Gonzalez; em quatro de abril do ano seguinte finalizaram a obra (com um custo total de 36.282.390 réis); em 1904 foi nomeada a primeira professora do Grupo Escolar, Benedita Borges Vieira; a mobília do grupo escolar foi trazida em 12 de dezembro de 1904 através de trem, mandada pelo governo de Estado; em doze de janeiro de 1905, através de uma escritura, a construção foi doada ao governo do Estado, com as aulas começando a ser ministradas em fevereiro do mesmo ano. Ainda neste mês, por ato do governo do estado, foi nomeado porteiro do Grupo Escolar da cidade, Sr. João Batista do Amaral.

No sábado de 17 de junho de 1905 inaugurou-se, oficialmente, o grupo escolar de Atibaia. De acordo com Renato Zanoni, “a festa esteve imponente e Atibaia mostrou quanto se empenha em avançar nas esbeltas meninas de vestidinhas de branco e a cobrir-lhes as cabeleiras sedosas soltas ao vento uns bonés da mesma cor que mais graça lhes dava.” (ZANONI, 2005, entrevista) Em quinze de março de 1906 o governador do estado Jorge Tibiriçá aceita a indicação do nome de José Alvim, pela câmara, para denominar o Grupo Escolar de Atibaia.

Como podemos perceber, a burocracia para a construção e autorização de funcionamento do Grupo Escolar era bastante complexa, com pedidos para a construção da escola, escritura de doações, inclusive da mobília da escola – que ficou a cargo do governo estadual. E os custos foram, para a época, imensos – além da arrecadação do imposto, foi preciso mais um empréstimo e a autorização do governo estadual.

Esta participação do governo do estado não é novidade – grande parte das atribuições educacionais era da competência dos governos estaduais, conforme a Constituição de 1891 indicava. Na construção e inauguração do Grupo Escolar José Alvim, notamos a influência do governo estadual de São Paulo nos processos educacionais da época.

Atibaia jamais foi a mesma depois da fundação do Grupo Escolar José Alvim. Sua implantação mudou os destinos de grande parte da população atibaense do começo do século. O Grupo Escolar significou um salto para o futuro projetado na Velha República, chegando à cidade de Atibaia antes da luz elétrica – em 1907 foi instalado na escola José Alvim luz de gás acetileno, proibindo-se o lampião de querosene. (ZANONI, 2005, entrevista)

5 – Grupo Escolar José Alvim e a Vida de Atibaia

A partir da criação do Grupo Escolar José Alvim, a educação escolar de Atibaia cresceu consideravelmente. A cidade pode, em tese, oferecer educação para as crianças de todas as faixas econômicas. Depois da fundação do Grupo Escolar, Atibaia aparece encabeçando a lista das cidades onde o ensi-

no passou a ser obrigatório através da lei municipal nº 100 de três de novembro de 1906.

Alguns alunos que recebiam a educação primária (4 anos) no José Alvim tinham condições de cursar o Ginásial (4 anos) e o Colegial (3 anos) na capital e outras cidades. Havia um exame de admissão para o ginásio e para prepará-los, exame este implantado pelo professor Miguel Arruda – tanto que foi criado um ginásio, em 1912, o Ginásio Cesário Mota, que oferecia cursos preparatórios para o ginásial ou para as universidades. De acordo com João Batista Conti, era uma escola de alto nível e seus alunos chegaram a editar um jornal, *A Luz*, que apareceu pela primeira vez em sete de maio de 1913. (dezembro/2001,p. 41)

Durante muitos anos o Grupo Escolar José Alvim concentrou toda a vida cultural da cidade. Em seu prédio eram realizadas concorridas exposições de arte e artesanato, onde trabalhos feitos pelos alunos atraíam visitantes até de outras cidades. De lá eram os grupos teatrais que apresentavam no Cine Teatro República. Foi lá também onde se formou o primeiro grupo de escoteiros. Todas as manifestações cívicas que ocorriam na cidade utilizavam o Grupo Escolar como ponto de reunião e de partida.

As atividades escolares começaram em 1905, como vimos anteriormente, em dois períodos: um pela manhã reservado aos meninos e outro à tarde para as meninas. Os alunos eram distribuídos em sete classes. Desde as primeiras décadas, os professores promoviam exposições dos trabalhos realizados pelos alunos: eram pinturas, bordados finos, rendas, desenhos a bico de pena e objetos de madeira. Muitas peças eram comercializadas e o resultado destas vendas era revertido para a caixa escolar, beneficiando os alunos carentes. De lá saía o material escolar, a merenda e, ocasionalmente, alguma peça de vestuário. A caixa escolar também era mantida pela comercialização da merenda entre os alunos mais afortunados e pela prefeitura.

Um dos fatos que devemos destacar é que o Grupo Escolar tornou-se a escola básica de uma parcela expressiva da po-

pulação de Atibaia, inclusive de seus representantes mais conhecidos, como: Flávio Pires de Camargo, Guilherme Pileggi Contesini, Jair Chaves Russomano, José Pires Alvim (neto de José Alvim, o inspirador do Grupo Escolar, e filho de Major Juvenal Alvim, que colocou o projeto de construção e funcionamento da escola em execução), Joviano Franco da Silveira, Pompeu Vairo, etc., além de outros mais novos, como o ex-prefeito Gilberto Sant'Anna, a cineasta Tizuka Yamasaki, Jose Roberto Tricoli e sua esposa Maria Fernanda Montezuma Tricoli (atuais prefeito e primeira-dama) e o Dr. Jose Loriano de Anchieta – escritor de vários livros e fundador do jornal *O Balaio* – entre outros. (LORIANO, 2003) E não podemos esquecer de professoras que fizeram a história da cidade, como Aracy Bueno Conti que lecionou no grupo a partir de 1924; e de Thereza Marcílio, um dos símbolos da escola e da educação da cidade.

Os diretores do José Alvim desde sua inauguração até os dias de hoje foram os professores: Mario Arantes (1º diretor); Raul Fonseca; Crispim de Oliveira; Isaltino Mello; Francisco Napoleão Maia; Francisco Alves Mourão; Francisco de Castro Ramos; Nestor Luz; Licínio Carpinelli; Benedito Alves Nogueira; Washington Jose de Lacerda Ortiz; Jonas José Fraisst; Benedito Lima; Otavio de Mello Franco; José Silva Jr.; Alípio de Andrade Guimarães; Paulo Massaro Ferrari; Constantino Simões de Lima; João Evangelista M. da Costa Lobo; Walter Barca; Irmã Pereira Ponte Vasques (1ª vez que uma mulher assume a direção da escola); Fernando Marciano de Oliveira; Waldir Bottura; Silmara Lourenço Cardoso de Souza; e Ana Regina Santos Oliveira (atual).

Podemos afirmar que a maior parte dos líderes políticos, sociais e culturais passou pelo José Alvim – o que, por si só, demonstra a excelência de sua presença na vida de Atibaia. A escola tornar-se-ia um modelo educacional do estado de São Paulo.

Os relatos indicam que o ensino foi disponibilizado para as classes mais pobres já no seu início, embora os números sejam pouco precisos. No decorrer da história do José Alvim, foram criados mecanismos para ajudar os mais necessitados.

6 – Anos 10: Desenvolvimento da Indústria

Para suprir a demanda de mão-de-obra nas crescentes indústrias brasileiras (os negros libertos foram excluídos deste processo), facilitou-se a vinda de imigrantes na virada dos séculos XIX e XX, em particular para São Paulo e Rio de Janeiro. A indústria brasileira cresceu de maneira significativa na primeira década do século XX e ainda mais nos anos 10 desse século.

Atibaia não acompanhou o mesmo ritmo de São Paulo e Rio de Janeiro. Na cidade desenvolveram-se pequenas oficinas, fábricas de troles carroças, moinhos, entre outros. Um incentivo à indústria local foi a criação da Fábrica de Tecidos São João (que produzia brim, xadrez e artefatos de algodão, em essência), fundada em 1911.

O pouco desenvolvimento industrial de Atibaia se deve à sua própria situação geográfica (ponto de referência para se chegar às cidades de Campinas e Bragança Paulista a partir de São Paulo) e com sua principal fonte econômica, que era a agricultura. Assim, Atibaia não chegou a desenvolver um parque industrial relevante, mesmo considerando que as enormes proporções das dependências da Fábrica São João ficavam encravadas no centro da cidade. A força econômica de Atibaia estava baseada no plantio e no comércio de café. A produção de café no município era de oitenta mil arrobas no começo do século XX, subindo para cento e oitenta mil em 1910 e a duzentos e vinte mil em 1920. (CONTI, dezembro/2001, p. 30)

O Grupo Escolar José Alvim, portanto, não tinha preocupações industriais no seu currículo – as matérias ministradas estavam dentro da lógica clássica de ensino. Assim, em 1920, o professor Domingos Mateus formou o primeiro grupo de escoteiros da cidade com os alunos do José Alvim.

Mas São Paulo crescia velozmente. Com a chegada dos imigrantes, além da mão-de-obra barata e abundante, vieram também novas idéias de contestação social, em particular o anarquismo.

O anarquismo seria essencial para os novos movimentos trabalhistas brasileiros, pois pregava a desobediência ao

estado (fonte primária da dominação do homem sobre o homem) e lutava por novas formas de associação para que, além de poderem construir uma nova sociedade justa e igualitária, pudessem enfrentar as péssimas condições de trabalho promovidas pelo setor mercantil e pelas leis injustas e arbitrárias mantidas pelo setor governamental. Os primeiros sindicatos trabalhistas foram criados por inspiração anarquista (por isto o movimento foi chamado de anarco-sindicalismo), bem como as primeiras idéias sobre a formação de comunidades livres. As gigantescas greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro mostraram a força do anarco-sindicalismo. Sua força foi imensa entre 1917 e 1920, declinando a partir daí.

A Revolução Russa de 1917 impressionou o proletariado mundial: a revolução socialista parecia mais possível dentro do modelo soviético do que sob as práticas anarquistas. Mesmo assim, o Partido Comunista do Brasil (PCB) seria formado apenas em 1922, em momento de grande agitação social no Brasil.

Para entendermos o que foram os anos 20 e a Revolução de 30, é necessário fazer algumas discussões historiográficas.

7 – Anos 20 e a Revolução de 30: Controle dos Trabalhadores pela Legislação

A típica construção historiográfica da década de 20 e da Revolução de 30 nos mostra que existiu uma reação dos setores mais “modernos” da sociedade brasileira contra a oligarquia que dominava a chamada República Velha, oligarquia esta favorecida pelo “voto de cabresto” (as eleições eram abertas, ou seja, o eleitor tinha de declarar publicamente o voto e, assim, poderia ser mais facilmente constrangido a votar na força dominante da região) e por políticas federais que favoreciam a exportação de café – política esta conhecida como “café com leite”, pois os estados mais poderosos eram São Paulo e Minas Gerais.

Assim, a década de 20 seria marcada por muita tensão política: além de a Semana de Arte Moderna de 1922 ter trazido novas concepções artísticas e políticas (em particular idéi-

as comunistas), os “tenentes”, setor mais radical contrário à República Velha, desencadearia sua revolta, do Forte de Copacabana, sendo violentamente reprimida. Dois anos depois aconteceria a Revolução de São Paulo, que culmina com a formação da Coluna Prestes-Miguel Costa, grupo militar que percorreu o Brasil lutando contra a República Velha até 1927. Com a crise mundial de 1929, a oligarquia enfraqueceu e novas forças políticas, ligadas a Getúlio Vargas, tomaram o poder em 1930, atualizando as relações de trabalho e modernizando o país. (TRONCA, 1986, p. 9-11)

Esta versão foi construída pelos vitoriosos de 30. (DECCA, 1986, p. 24) O que aconteceu na década de 20 foi uma intensa luta de vários grupos da sociedade brasileira para controlar os trabalhadores.

O anarquismo, mesmo declinante, ainda continuava vivo dentro do movimento trabalhista brasileiro, mas tinha, agora, uma concorrência mais efetiva: o PCB. Na verdade, o PCB procurou controlar e ser a única voz dos movimentos trabalhistas brasileiros na década de 20, eliminando outras forças – entre elas o anarco-sindicalismo. De acordo com Ítalo Tronca:

O PCB apresenta-se como a vanguarda consciente do proletariado brasileiro, como o único partido que representa verdadeiramente os interesses e as aspirações do conjunto do proletariado. Essa a fonte de seu direito. Graças a esse papel ele pode dirigir-se aos grupos e aos candidatos que querem defender os interesses da ‘massa operária’, propondo-lhes a formação de um ‘bloco operário’. (1986, p. 50)

Para tal, o PCB procurou juntar as variadas associações trabalhistas procurando dar-lhes uma unidade que, no discurso, era para enfrentar melhor os setores mercantil e governamental, mas, na prática, era para legitimar o PCB como único representante dos trabalhadores. Este foi o sentido do Congresso Sindical Regional, ocorrido no Rio de Janeiro em 1927; e seria com este propósito que seria formado o Bloco Operário (BO) e, depois, o Bloco Operário e Camponês (BOC), em 1927. (DECCA, 1986: 99) Este último seria decisivo para o movimento trabalhista brasileiro e para a Revolução de 30.

Mesmo durante a República Velha o setor governamental tentou, através da legislação, controlar o trabalho. Mas esbarrava em dois obstáculos: a negação das lideranças anarco-sindicalistas em negociar qualquer coisa com o estado; e dos próprios empresários, que, dentro das regras do liberalismo, tinham direito de lidar com os trabalhadores sem interferências. (MUNAKATA, 1984: 9-23) A ascensão do PCB como líder do movimento operário mudou as perspectivas.

A idéia do PCB, de orientação da 3ª Internacional Comunista, era preparar a revolução democrático-burguesa no Brasil – unir os proletariados com a pequena burguesia para que o capitalismo derrotasse o passado feudal ou semi-feudal e a influência imperialista dos norte-americanos.

A plataforma do BOC consistia em defender: legislação social com jornada de trabalho de oito horas; 48 horas semanais; contratos coletivos de trabalho; salário mínimo; proteção à mulher e à criança; proibição do trabalho aos menores de 14 anos, entre outros pontos. Assim, o BOC seria a representação política do proletariado e dos camponeses, seu representante legal – dentro das regras do sistema social vigente, ou seja, sem contestar a ordem sócio-econômica. (TRONCA, 1986: 51) Uma parte expressiva dos trabalhadores aderiu ao BOC e esvaziaram as associações anarco-sindicalistas, como desejava os comunistas.

A busca pela legalidade jurídica das relações de trabalho defendida pelo PCB era estratégica: o objetivo do partido era tomar o estado e fazer a revolução socialista e, para tal, o controle sobre os trabalhadores era essencial. Assim, a legalidade da legislação era o futuro instrumento de controle sobre os trabalhadores – situação que os anarquistas jamais aceitariam.

A crise mundial de 1929 atingiu também o Brasil e as relações trabalhistas tornaram-se tensas. O próprio BOC transgrediu as “regras do jogo” e muitos de seus membros estimularam greves, mobilizações e criação de novos sindicatos, como foi o caso da Confederação Geral do Trabalho em 1929 – tal atuação preocupou as elites dominantes, mostrando que a luta política tinha de ser mais ampla do que enfrentar as oligarquias e dar direito de voto secreto e combate à corrupção.

O setor mercantil reagiu imediatamente: representantes do grande capital formaram sua associação, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), procurando fazer uma frente unida de vários interesses da burguesia industrial e combater as conquistas dos trabalhadores (como a Lei de Férias e o Código dos Menores), impedindo qualquer possibilidade de associação dos trabalhadores, construindo o espectro de um novo perigo que ameaçava a nação, o comunismo, que deveria ser combatido a qualquer custo. (TRONCA, 1986, p. 82-3)

De acordo com Edgar De Decca,

O CIESP, como a ação molecular de um setor da burguesia industrial na criação e distribuição do poder no âmbito da própria vida estatal, redefinia homogeneamente um discurso sobre o tema da industrialização capaz de neutralizar oposições internas e enumerar um projeto político, que, sem traumatismos para a classe dominante, levaria o conjunto da sociedade para as alturas da 'civilização industrial'. (1986, p. 157-8)

As oligarquias seriam, então, responsabilizadas por não atuarem de maneira efetiva contra a ameaça comunista. Começou a construção histórica que o combate às oligarquias é que levariam à Revolução de 30, escondendo a principal razão: medo dos trabalhadores.

Para o setor governamental que assumia o poder em 30 era fundamental ter os trabalhadores do seu lado sem alterar as regras do jogo. Para tal, o novo regime tomou duas atitudes: 1^a) repressão, como a contratação pela polícia do Rio de Janeiro de dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque para organizar serviço de repressão ao comunismo, entre outras medidas; 2^a) aperfeiçoar dos mecanismos de controle sobre o movimento operário, como a criação da Lei da Sindicalização, promulgada em 1931, e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, que era uma cópia da legislação fascista italiana.

Estes mecanismos legais procuravam disciplinar o trabalho e controlar os sindicatos ligando-os diretamente ao estado, prática política que ficou conhecida como corporativismo, de inspiração fascista: o trabalho tinha de ser

considerado como “membro do corpo social” e, portanto, tutelado pelo estado e por equipes técnicas – que, através dos seus pareceres, legislavam sobre a vida dos trabalhadores sem que estes pudessem ter qualquer voz ativa. (MUNAKATA, 1984, p. 68-72)

De acordo com Kazumi Munakata:

Sob o império da CLT, os trabalhadores assistem à proliferação incontrolável e incessante de conselhos, órgãos e até Ministérios (por exemplo, o da Previdência Social), que lhes são totalmente exteriores, mas que falam por eles, decidem por eles, agem por eles e que, portanto, os controlam e os dominam. (1984, p. 106-7)

Esta legislação reguladora foi expressão da vitória dos trabalhadores (muitos direitos foram confirmados) e de sua derrota (sua autonomia foi perdida).

Atibaia esteve relativamente fora destas intensas discussões que afetavam a vida dos trabalhadores, com exceção da crise de 1929 que baixou drasticamente os preços do café e obrigaram a cidade a ficar mais diversificada em sua economia. A Fábrica de Tecidos São João mudaria de dono (para o Banco Comércio e Indústria) e seria incorporada pela Companhia Têxtil Brasileira, ambos em 1931. O crescimento urbano já era considerável e a demanda por educação na cidade cresceria.

O Grupo Escolar José Alvim seguiria as mudanças dos tempos, como toda a educação brasileira também.

Conclusão

Podemos perceber no decorrer deste artigo que as grandes questões políticas, econômicas e sociais nacionais dos séculos XIX e XX (este artigo trabalha apenas até 1930), atingiram as relações de ensino, influenciando o desenvolvimento da educação brasileira de uma maneira ou de outra – quase sempre mantendo a educação circunscrita às camadas superiores da população. Exceções existiram, como a corrente do “otimismo pedagógico”, mas os resultados quase sempre foram insatisfatórios.

A cidade de Atibaia e o Grupo Escolar José Alvim não foram, portanto, exceções, pois as questões que agitavam o

país, de uma maneira ou de outra, acabavam chegando à cidade e, por sua vez no grupo escolar - grupo este que nasceu de uma demanda por educação pelo crescimento da cidade e também por políticas de incentivo ao desenvolvimento educacional que eram bastante discutidas na época.

Embora o ensino da cidade tenha conseguido um salto qualitativo expressivo em relação ao quadro anterior à formação do Grupo Escolar José Alvim, a quantidade de alunos beneficiados, em particular os pertencentes às categorias mais pobres da população, não chamou a atenção.

Mas o Grupo Escolar José Alvim foi (e ainda é) de grande importância para a cidade: foi a primeira grande iniciativa local para confrontar os problemas da falta de ensino na cidade; formou várias gerações de lideranças locais; e foi um modelo nacional em termos de qualidade de ensino, entre outras constatações.

BIBLIOGRAFIA

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999;

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990;

CONTI, João Batista. *História de Atibaia*. V. 1, Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia, junho/2001;

_____. *História de Atibaia*. V. 2, Atibaia: Prefeitura da Estância de Atibaia, dezembro/2001;

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução – o Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

DECCA, Edgard De. *1930: o Silêncio dos Vencidos*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986;

GUIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2001;

LORIANO, José de Anchieta. *Construtores da Sociedade Atibaense – Retratos em Prosa*. Atibaia: Desgaspari, 2003;

- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação – da Antigüidade aos Nossos Dias*. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2000;
- MARTINO, João Paulo. *Rua das Saudades*. Atibaia: Degaspari, 2002;
- MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984;
- NEMI, Ana Lúcia Lana e MARTINS, João Carlos. *Didática em História – o Tempo Vivido: uma Outra História?* São Paulo: FTD, 1996;
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 24ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000;
- SILVA, Antônio Marcelo Jackson F. da. “Cachaça, Tributos e Salário dos Professores no Brasil Colonial.” IN revista *Desvendando a História*. Nº 7, São Paulo: Escala Educacional, 2005;
- TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a Dominação Oculta*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986;
- WARDE, Mirian Jorge. “Prefácio.” IN MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão – Dimensões da Modernidade Brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989;
- ZANONI, Renato. Entrevista Concedida em Julho/2005.